

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1598198 - SP
(2019/0301548-0)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : RODRIGO JOPPERT BRAGA
ADVOGADOS : MARCELO DE ANDRADE TAPAI E OUTRO(S) -
SP249859
GISELLE DE MELO BRAGA TAPAI - SP135144
AGRAVADO : TAPAI SOCIEDADE DE ADVOGADOS
ADVOGADOS : MARCELO DE ANDRADE TAPAI - SP249859
GISELLE DE MELO BRAGA TAPAI - SP135144
AGRAVADO : LIVORNO INCORPORADORA LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ FREDERICO CIMINO MANSSUR E OUTRO(S)
- SP194746
VITOR AZEVEDO BATISTA DE JESUS - SP358845

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO DA PARTE ADVERSA.

INSURGÊNCIA RECURSAL DO AUTOR.

1. A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do Resp 1.723.519/SP, em 28/08/2019, reafirmou a orientação pela adoção de um padrão-base de cláusula penal - retenção de 25% dos valores pagos - nos casos de desistência imotivada pelo comprador de imóvel, em que o acórdão recorrido não menciona qualquer circunstância específica que justifique a redução do parâmetro jurisprudencial.

2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator